

SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS 11/02/2019

Disponível no site http://www.sintius.org.br

Reforma da Previdência vai limitar refinanciamento de dívida com INSS

A equipe econômica estuda propor dispositivos para que a Constituição limite as possibilidades de programas de refinanciamento (Refis) para dívidas previdenciárias. A medida deve fazer parte do texto da reforma da Previdência. O objetivo é impedir descontos e redução da dívida das empresas e pessoas físicas com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Além disso, ficaria vedado o parcelamento da dívida em prazos muito longos —maiores do que cinco anos. O programa mais amplo desse tipo nos últimos anos, aprovado em 2017, previa modalidades de pagamento com prazos que chegavam a 15 anos para quitação da dívida. Em linha com o discurso de coibir fraudes, donos e administradores de empresas podem ter seus patrimônios incluídos na cobrança da dívida em caso de comprovado dolo.

Órgãos do governo federal, como a Receita Federal, têm uma reivindicação histórica pelo fim ou a limitação dos programas de refinanciamento de dívidas tributárias. Nos últimos anos, a aprovação de projetos pelo Congresso Nacional beneficiou devedores em diversas áreas.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 11/02/2019

Reajuste da aposentadoria não cobre despesas básicas

Os aposentados do INSS já estão recebendo o benefício com o reajuste anual, mas o percentual, de 3,43% para quem ganha mais do que o piso, não será suficiente para cobrir despesas básicas.

O IPC-3i (Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade), calculado pela FGV (Fundação Getulio Vargas), ficou bem acima da inflação geral do país medida pelo INPC. De acordo com o índice, que calcula a variação da cesta de consumo de famílias compostas, em sua maioria, por pessoas com mais de 60 anos, a alta acumulada em 2018 foi de 4,75%. Os dados mostram que a inflação subiu de 0,69% para 0,80% no último trimestre.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 11/02/2019

Cai poder de compra de aposentados

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é usado para os reajustes nos benefícios de aposentados e pensionistas ficou em 3,43% no ano passado. Com isso, os aposentados que têm seus recebimentos em valores acima do salário mínimo (R\$ 998,00) terão um reajuste menor. Se tal reajuste for aplicado pelo Índice estipulado pelo INSS, um terço dos inativos brasileiros terão uma redução em seu poder econômico e o valor máximo a ser aplicado pela Previdência será de R\$ 5.839,45. Mas um reajuste neste patamar não preserva o poder de compra do aposentado, o que fere o Artigo 201, parágrafo 4º da Constituição. Isso quem afirma é a advogada e consultora jurídica da Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (ASBP), Carla Oliveira.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 09/02/2019

Guedes e a carteira verde e amarela

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu uma nova modalidade de contratação trabalhista, por meio da chamada carteira de trabalho verde e amarela, proposta de campanha do presidente Jair Bolsonaro. Essa nova carteira seria a porta de entrada para o regime de capitalização previdenciária, que o governo pretende implantar. O ministro negou, no entanto, que a medida constará na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma da Previdência, a ser apresentada nas próximas semanas. "Não há uma mudança de regra trabalhista nessa PEC. Nós não vamos misturar isso (reforma da Previdência) e atrapalhar o trâmite, não. A gente primeiro fala que estamos reformando isso daqui (Previdência) e lançando essa proposta (carteira verde e amarela) para ser regulamentada", explicou.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 11/02/2019

MEIs crescem 18% em 2018 no País

Com as oscilações no mercado de trabalho e na economia, muitos brasileiros tiveram que se reinventar para dar conta dos compromissos do dia a dia. Trabalhar por conta própria e abrir o próprio negócio se tornou uma boa solução, atraindo ótimos resultados e criando uma série de oportunidades. Uma delas é a de se tornar um microempreendedor individual (MEI), forma fácil e rápida de se obter o CNPJ, garantindo formalidade, estabilidade e uma série de benefícios. De acordo com o levantamento da MEI Fácil, plataforma digital para quem já é ou quer se tornar um microempreendedor individual, os brasileiros têm encontrado essa saída para seus respectivos negócios: em 2018 houve crescimento de 18% na abertura de CNPJs deste tipo no País, algo próximo a 2 milhões de cadastros feitos, recorde absoluto no setor, se comparado aos 1,7 milhão novos cadastros abertos em 2017. Além de ter CNPJ, o MEI garante benefícios ao microempreendedor como ampliar as formas de pagamento e recebimento, mais chance de conseguir um empréstimo, emissão de notas fiscais, contribuição para o INSS, entre outras vantagens.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 11/02/2019

25% entraram no rotativo do cartão

Em meio ao cenário de alta da inadimplência e do desemprego, o consumidor brasileiro tem enfrentado dificuldades para quitar a fatura do cartão de crédito, modalidade que cobra os juros mais elevados do mercado. Dados apurados pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostram que, entre novembro e dezembro de 2018, aumentou de 20% para 25% o número de usuários de cartão de crédito que não conseguiram pagar o valor integral da fatura, passando a entrar no chamado 'crédito rotativo'. Os que quitaram toda a quantia devida somam 73% dos entrevistados. De acordo com o indicador, os cartões de crédito mantiveram a dianteira de sondagens anteriores e foram o instrumento de crédito mais usado em dezembro, mencionado por 38% dos consumidores. Bastante à frente do segundo colocado, que é o crediário (15%). Os empréstimos foram citados por 8% da amostra e o cheque especial também por 8%. Há ainda, 6% de consumidores que buscaram financiamentos. No total, 48% dos brasileiros recorrem à alguma modalidade de crédito em dezembro.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 11/02/2019